Enerpeixe S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Enerpeixe S.A.
Palmas - TO

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria
Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Efeitos de liminares sobre a aplicação do fator de ajuste de energia – GSF (*Genetation scaling factor)* (Consulte as notas explicativas 4.1, 11.1, 18.1 às demonstrações financeiras)
O volume de energia gerado e vendido pela Companhia depende das condições hidrológicas, que não têm sido favoráveis nos últimos anos. Esse cenário tem provocado redução no volume de geração e aumentado os custos de geração de energia, com a exposição das empresas geradoras aos efeitos do GSF. A Companhia é beneficiária de ação judicial e respectiva decisão liminar visando prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do GSF e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD com liquidações ao preço máximo. Em 08 de dezembro de 2015, o Governo Federal promulgou a Lei 13.203 com opção para repactuação do risco hidrológico, no entanto, essa opção não foi exercida pela Companhia. Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e incertezas relacionadas ao nível de exposição ao GSF e sua mensuração que está suportada por opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados ao envolvimento dos nossos especialistas da área jurídica para nos auxiliar nas discussões com a administração sobre a posição atualizada da ação judicial. Adicionalmente, efetuamos confronto dos saldos contabilizados durante o exercício com relação às notas de liquidação da CCEE, e avaliamos as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores relacionados ao GSF, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

ENERPEIXE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	287.831	307.780
Concessionárias	4	100.613	125.450
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	11.766	28.713
Outros tributos compensáveis	5	20.757	35.967
Outros créditos		2.648	2.596
Total do Ativo Circulante		423.615	500.506
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	23.420	
Outros tributos compensáveis	5	89.000	84.316
Tributos diferidos	6	65.674	59.303
Cauções e depósitos vinculados	8	11.520	10.913
Outros créditos		379	
		189.993	154.532
Imobilizado	9	1.319.076	1.362.028
Intangível	10	98.647	108.978
		1.417.723	1.471.006
Total do Ativo Não circulante		1.607.716	1.625.538
TOTAL DO ATIVO		**2.031.331**	**2.126.044**

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	11	341.014	329.292
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	703	
Outros tributos a recolher	5	13.009	14.109
Dividendos	12	30.590	40.955
Debêntures	13	195.808	176.508
Uso do bem público	14	24.145	23.407
Provisões	15	3.886	2.381
Outras contas a pagar		5.292	4.067
Total do Passivo Circulante		614.447	590.719
Não circulante			
Outros tributos a recolher	5	46.505	49.262
Tributos diferidos	6	5	
Debêntures	13	467.505	573.087
Uso do bem público	14	249.757	241.409
Provisões	15	16.852	19.089
Outras contas a pagar		579	980
Total do Passivo Não circulante		781.203	883.827
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	219.736	299.736
Reservas de capital	16.3	18.546	18.546
Reservas de lucros	16.3	397.399	333.216
Total do Patrimônio líquido		635.681	651.498
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		**2.031.331**	**2.126.044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	17	**407.564**	**327.484**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	18		
Custo do serviço de energia elétrica		(140.571)	(101.448)
Custo de operação		(64.714)	(68.763)
		(205.285)	(170.211)
Lucro bruto		**202.279**	**157.273**
Despesas e Receitas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(8.869)	(9.193)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.503)	(605)
		(10.372)	(9.798)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**191.907**	**147.475**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		34.258	43.960
Despesas financeiras		(108.923)	(89.319)
		(74.665)	(45.359)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**117.242**	**102.116**
Tributos sobre o lucro	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.354)	(6.810)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.371	4.369
		3.017	(2.441)
Lucro líquido do exercício		**120.259**	**99.675**
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	21		
ON		0,14432	0,11962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	120.259	99.675
Resultado abrangente do exercício	**120.259**	**99.675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**282.628**	**18.546**	**428.831**	**-**	**730.005**
Aumento de capital - AGO/E de 07/03/2018	17.108		(17.108)		-
Dividendo de exercícios anteriores - RCA 01/10/2018			(35.000)		(35.000)
Dividendo de exercícios anteriores - AGE de 31/10/2018			(82.875)		(82.875)
Lucro líquido do exercício				99.675	99.675
Destinação do lucro					-
Constituição de reserva legal			3.402	(3.402)	-
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)			15.878	(15.878)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(48.182)	(48.182)
Dividendos intermediários - AGE 31/10/2018				(12.125)	(12.125)
Lucro do exercício a deliberar			20.088	(20.088)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**299.736**	**18.546**	**333.216**	**-**	**651.498**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**299.736**	**18.546**	**333.216**	**-**	**651.498**
Redução de capital - AGE de 20/12/2018	(80.000)				(80.000)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 30/04/2019			(20.088)		(20.088)
Lucro líquido do exercício				120.259	120.259
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)			29.848	(29.848)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(35.988)	(35.988)
Lucro do exercício a deliberar			54.423	(54.423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**219.736**	**18.546**	**397.399**	**-**	**635.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		117.242	102.116
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		5	
Depreciações e amortizações		52.728	56.642
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(32)	76
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		51.218	49.581
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		33.240	32.257
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		101	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.755	566
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		2.546	(2.573)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(5.873)	(2.845)
Outros		1.875	1.333
		255.805	237.153
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		24.837	72.562
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(20.192)	(1.535)
Outros tributos compensáveis			(16.466)
Cauções e depósitos vinculados		(102)	(8.460)
Outros ativos operacionais		(399)	1.701
		4.144	47.802
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		11.723	(7.215)
Outros tributos a recolher		35.918	26.031
Obrigações Sociais e Trabalhistas			425
Encargos Setoriais		(673)	
Provisões		(3.618)	(2.569)
Uso do bem público		(24.154)	(21.801)
Outros passivos operacionais		(875)	(420)
		18.321	(5.549)
Caixa proveniente das atividades operacionais		278.270	279.406
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.619)	(14.568)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		262.651	264.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.955)	(4.384)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.955)	(4.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		(80.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(61.043)	(169.695)
Captação de debêntures			254.490
Amortização do principal de debêntures		(87.500)	(175.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(50.000)	(51.043)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(102)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	23.1	(278.645)	**(141.248)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(19.949)**	**119.206**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		287.831	307.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		307.780	188.574
		(19.949)	**119.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	469.716	383.830
Receita operacional	464.972	376.580
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.652	7.226
Outras receitas	92	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(174.068)	(133.997)
Custos da energia comprada	(116.231)	(74.896)
Encargos de uso da rede elétrica	(38.647)	(36.862)
Materiais	(3.284)	(4.407)
Serviços de terceiros	(10.922)	(11.808)
Outros custos operacionais	(4.984)	(6.024)
Valor adicionado bruto	295.648	249.833
Retenções		
Depreciações e amortizações	(54.916)	(56.644)
Valor adicionado líquido produzido	240.732	193.189
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	36.233	46.712
Valor adicionado total a distribuir	276.965	239.901
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.950	6.009
Benefícios	2.006	2.053
FGTS	804	460
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	38.806	41.880
Estaduais	113	69
Municipais	2	23
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.923	89.319
Aluguéis	102	413
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	35.988	48.182
Dividendos		12.125
	192.694	200.533
Lucros retidos	84.271	39.368
	276.965	**239.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

				Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	(MWm)	(MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 280,5 MWm, a Companhia possui comercializado 217,00 MWm no ACL, divididos da seguinte maneira: (i) 142,0 MWm pelo prazo de 3 anos com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R$160,00 por MWh; e (ii) 75,0 MWm pelo prazo de 1 ano com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R$140,00 por MWh. Ambos os contratos são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$24.916, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$273.902 (R$264.816 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 14). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações das demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 9 e 10); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 15.2); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 15.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 22.1.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 9.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	3.089	3.717
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	284.742	304.063
Total	287.831	307.780

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

4 Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	4.1	30.283	30.476
Energia de curto prazo		70.330	94.974
		100.613	125.450

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

O Projeto de Lei 10.985/18 trata-se do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do GSF por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, falta ainda a aprovação no Senado e a sanção presidencial. Atualmente o Projeto de Lei do Senado 3975/19, está aguardando a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para posterior votação em plenário.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 22.2.4.

4.1 Energia de curto prazo

O saldo de R$70.330 (R$94.974 em 31 de dezembro de 2018) refere-se, em sua totalidade, ao não recebimento integral das liquidações junto à CCEE em virtude das liminares vigentes dos agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, para a proteção dos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), anteriores a fevereiro de 2018.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adianta-mentos / Pagamentos	Compen-sação de tributos	Transferên-cia	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		28.713		3.284	14.746	(10.562)	(995)	35.186
Total Circulante		28.713	-	3.284	14.746	(10.562)	(995)	35.186
Circulante		28.713						11.766
Não Circulante		-						23.420
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	5.1	117.000	18.481	5.725		(19.932)	(18.598)	102.676
IRRF sobre aplicações financeiras		3.278	3.798					7.076
Outros		5						5
Total		120.283	22.279	5.725	-	(19.932)	(18.598)	109.757
Circulante		35.967						20.757
Não circulante		84.316						89.000
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3.354		(873)		(1.778)	703
Total Circulante		-	3.354	-	(873)	-	(1.778)	703
Outros tributos a recolher								
ICMS		-	187		(162)			25
PIS e COFINS		2.517	44.946		(4.116)	(23.267)	(17.815)	2.265
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		232	685		(706)			211
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	7.227	5.398			(7.227)		5.398
Parcelamentos	5.3	53.243		3.136	(4.937)			51.442
Encargos com pessoal		152	104		(83)			173
Total		63.371	51.320	3.136	(10.004)	(30.494)	(17.815)	59.514
Circulante		14.109						13.009
Não circulante		49.262						46.505

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Em decorrência do recálculo de tributos, no exercício de 2017, pelo regime cumulativo (alíquota de 3,65% de PIS e COFINS) sobre os contratos de venda de energia assinados antes de 31 de dezembro de 2003, anteriormente calculados por meio do regime não cumulativo (alíquota de 9,25% de PIS e COFINS), a Companhia constituiu crédito dos referidos tributo relativos à exercícios anteriores.

O crédito apurado pela Companhia foi de R$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2019 o montante de R$102.485 (R$ 116.809 em 31 de dezembro de 2018), onde houve atualizações monetárias de R$15.006 (R$9.281 em 31 de dezembro de 2018) e compensações no valor R$46.765 (R$26.716 em 31 de dezembro de 2018).Este crédito será compensado com os respectivos débitos desses tributos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

5.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$7.227 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2018 e foi liquidado em janeiro de 2019. Já o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$5.398 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

5.3 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, conforme mencionado na nota 5.1, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2019 restam 121 parcelas de R$421, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	10.051	2.010	3.775	15.836
COFINS	46.391	9.278	17.419	73.088
	56.442	11.288	21.194	88.924
Redução Programa PERT				(18.079)
Total				70.845

5.3.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	70.845
Amortização	(27.114)
Atualização	7.711
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.442

6 Tributos diferidos

		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
PIS e COFINS				5
Imposto de renda e contribuição social	6.1	65.674	59.303	
Total		65.674	59.303	5

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	438				438	
Uso do bem público - CPC 25	93.127	90.038	28.555	30.243	4.777	5.244
Licenças ambientais	5.414	6.141	4.824	6.633	1.082	(875)
Outras	114		40		74	
Total bruto	99.093	96.179	33.419	36.876	6.371	4.369
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(33.419)	(36.876)	(33.419)	(36.876)		
Total	65.674	59.303	-	-		

6.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total Não circulante
6.417	6.417	6.417	6.271	6.271	10.376	56.924	99.093

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

				Ativo			Passivo				Resultado	
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias (Nota 4)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Espírito Santo	Controle Comum	160,85	01/01/2016 a 31/12/2018		9							92
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018		6.644							71.114
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2019	21.536	22.933						235.538	247.748
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2019								77.496	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2018 a 30/06/2018									15.967
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2022	5.194							58.258	
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	193,46	01/01/2019 a 31/12/2018		429							5.114
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	147,77	01/01/2019 a 31/12/2022	3.597							38.838	
				30.327	30.015	-	-	-	-	-	410.130	340.035
Fornecedores (Nota 11)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018					5.143				(30.521)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 28/02/2019								(12.911)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 a 31/10/2019								(63.157)	
Encargos de uso da rede básica												
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		14/03/2006 a 07/11/2036				136	136			(5.082)	(4.628)
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047				2				(30)	
				-	-	-	138	5.279	-	-	(81.180)	(35.149)
Outros créditos e Outras contas a pagar												
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			289			401	980	(2.489)	(980)
Contrato de prestação de serviços (b)												
EDP Comercializadora	Controle Comum		21/11/2019 a 20/11/2024						56		(56)	
				-	-	289	-	-	457	980	(2.545)	(980)
				30.327	30.015	289	138	5.279	457	980	326.405	303.906

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 24.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Este contrato de compartilhamento ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(b) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 21 de novembro de 2019 com término em 20 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

7.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui contratos de venda de energia no ACL de: (i) 130,20 MWm junto à EDP Comercializadora, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022; e (ii) 86,80 MWm junto à Furnas Centrais Elétricas, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022.

7.2 Remuneração dos administradores

	2019			2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total
Remuneração (a)	1.065	70	1.135	814	70	884
Benefícios de curto prazo (b)	9		9	60		60
Benefícios - Previdência Privada	22		22	11		11
Total	1.096	70	1.166	885	70	955

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	15.2.3	2.253		118	(31)	2.340
Depósitos vinculados	8.1	8.660	133	387		9.180
Total Não circulante		10.913	133	505	(31)	11.520

8.1 Depósitos vinculados

Refere-se à depósito vinculado relativo à alienação de ativo vinculado à concessão denominado Fazenda Pedra Riscada, conforme Despacho ANEEL nº3.817/2014. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, o montante recebido pela alienação do ativo deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, até a definitiva aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados à concessão.

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

9.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.127		13.127		13.155		13.155
Reservatórios, barragens e adutoras	2,02	864.461	(227.880)	636.581	2,00	862.826	(210.510)	652.316
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,10	258.476	(72.220)	186.256	2,09	258.476	(66.826)	191.650
Máquinas e equipamentos	3,18	597.562	(242.721)	354.841	3,14	597.218	(223.937)	373.281
Veículos	14,29	1.902	(1.158)	744	14,29	2.046	(980)	1.066
Móveis e utensílios	6,64	2.607	(1.004)	1.603	6,67	2.570	(840)	1.730
		1.738.135	(544.983)	1.193.152		1.736.291	(503.093)	1.233.198
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(927)	1.537	3,41	2.464	(843)	1.621
Máquinas e equipamentos	3,10	157.880	(62.453)	95.427	3,10	157.880	(57.561)	100.319
		160.344	(63.380)	96.964		160.344	(58.404)	101.940
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	39,96	59	(2)	57				-
Máquinas e equipamentos	8,50	193	(31)	162	7,19	154	(15)	139
Móveis e utensílios	11,65	957	(546)	411	11,64	953	(460)	493
		1.209	(579)	630		1.107	(475)	632
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,39	79	(18)	61	17,39	79	(4)	75
		79	(18)	61		79	(4)	75
Total do imobilizado em serviço		1.899.767	(608.960)	1.290.807		1.897.821	(561.976)	1.335.845
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	26,56	212	(54)	158				-
Equipamentos de informática	63,16	154	(98)	56				-
Veículos	50,00	165	(82)	83				-
Total Ativos de direito de uso		531	(234)	297		-	-	-
Imobilizado em curso								
Geração		27.972		27.972		26.183		26.183
Total do imobilizado em curso		27.972	-	27.972		26.183	-	26.183
Total do imobilizado		1.928.270	(609.194)	1.319.076		1.924.004	(561.976)	1.362.028

9.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.7.1). As principais característicados dos contratos estão descritas abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à locação de imóveis para diretores.

• **Equipamentos de informática:** refere-se, principalmente, a contrato de aluguel de roteador.

• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

9.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia-ções	Baixas	Reclassifica-ção	Outros	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Terrenos		13.155					(28)			13.127
Reservatórios, barragens e adutoras		652.316			1.634	(17.369)				636.581
Edificações, obras civis e benfeitorias		193.345			58	(5.492)				187.911
Máquinas e equipamentos		473.740			383	(23.693)				450.430
Veículos		1.066			7	(230)	(99)			744
Móveis e utensílios		2.223			42	(251)				2.014
Total do imobilizado em serviço		1.335.845	-	-	2.124	(47.035)	(127)	-	-	1.290.807
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	438	10		(54)			(236)	158
Equipamentos de informática		-	157			(98)	(3)			56
Veículos		-	165			(82)				83
Total Ativos de direito de uso	9.1.1	-	760	10	-	(234)	(3)	-	(236)	297
Imobilizado em curso										
Terrenos		22.801		610			(592)	(18)		22.801
Reservatórios, barragens e adutoras		-		51	(1.634)			1.634		51
Edificações, obras civis e benfeitorias		89		12	(58)			28		71
Máquinas e equipamentos		2.741		3.251	(383)			(2.304)		3.305
A ratear		-		242				(184)		58
Outros		552		437	(49)		(32)	(474)		434
Total do imobilizado em curso		26.183	-	4.603	(2.124)	-	(624)	(66)	-	27.972
Total do imobilizado		1.362.028	760	4.613	-	(47.269)	(754)	(66)	(236)	1.319.076

10 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	1.895	(1.732)	163	20,00	1.830	(1.585)	245
Servidão permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,62	22.838	(8.650)	14.188	10,00	28.472	(8.964)	19.508
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(67.437)	83.986	3,28	151.423	(62.472)	88.951
		176.404	(77.819)	98.585		181.973	(73.021)	108.952
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente		21		21		21		21
		21	-	21		21	-	21
Administração								
Software				-	20,00	270	(269)	1
		-	-	-		270	(269)	1
Total do intangível em serviço		176.425	(77.819)	98.606		182.264	(73.290)	108.974
Intangível em curso								
Geração		34		34		4		4
Administração		7		7				-
Total do intangível em curso		41	-	41		4	-	4
Total do intangível		176.466	(77.819)	98.647		182.268	(73.290)	108.978

10.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço								
Software		245		65	(147)			163
Servidão permanente		269						269
Direito de concessão - Licenças ambientais		19.509		(2.887)	(2.434)			14.188
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.2.1	88.951			(4.965)			83.986
Total do intangível em serviço		108.974	-	(2.822)	(7.546)	-	-	98.606
Intangível em curso								
Software		4	49	2.822		(2.900)	66	41
Total do Intangível em curso		4	49	2.822	-	(2.900)	66	41
Total do Intangível		108.978	49	-	(7.546)	(2.900)	66	98.647

10.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Peixe Angical. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 14). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

11 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica			5.214
Encargos de uso da rede elétrica		3.804	3.508
Operações CCEE	11.1	335.783	318.704
Materiais e serviços		1.427	1.866
Total		341.014	329.292

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

11.1 Operações CCEE

O montante a ser liquidado junto a CCEE refere-se, substancialmente, à aplicação do *General Scaling Factor* - GSF, que é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas, acrescido de atualização monetária desde março de 2015.

A Companhia por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, propôs, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que a Companhia, desde janeiro de 2014, vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito em julgado da ação mencionada.

A decisão tinha o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

Em 7 de fevereiro de 2018 havia sido revogada a liminar da APINE que, por meio de recurso, conseguiu restabelecer a liminar. Em 22 de outubro de 2018 foi proferida decisão pelo Ministro Presidente do STJ, nos autos da Ação de Suspensão de Liminar e de Sentença promovida pela ANEEL, determinando a suspensão parcial da liminar da APINE, nos termos da sentença proferida na ação ordinária, relacionada ao GSF.

Com isso, o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018 permanece protegido. Desta forma, os valores decorrentes da aplicação do GSF vem sendo liquidado pela Companhia desde a competência de março de 2018.

12 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária - AGO/E, realizada em 30 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R$48.182 como JSCP, sendo R$40.955 líquido de imposto de renda, já contabilizados no exercício de 2018 conforme Reunião do Conselho de Administração - RCA de 20 de dezembro de 2018; (ii) R$3.422 como Reserva Legal; (iii) R$15.858 como Reserva de Incentivo Fiscal. Dos montantes deliberados para distribuição aos acionistas, já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2018 o valor relativo ao JSCP, de modo que a diferença de R$20.088 foi complementada na referida data como dividendos adicionais. O JSCP foi integralmente pago em 29 de maio de 2019, e os dividendos adicionais foram pagos integralmente aos acionistas em 06 de dezembro de 2019.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP, do exercício de 2019, no montante bruto de R$35.988, sendo R$30.590 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2018	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	31/12/2019
EDP - Energias do Brasil	24.573	12.053	18.354	(36.626)	18.354
Furnas Centrais Elétricas	16.382	8.035	12.236	(24.417)	12.236
	40.955	20.088	30.590	(61.043)	30.590

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2019					31/12/2018				
											Encargos		Principal			Encargos		Principal		
Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (*)	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/05/2020	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,50% do CDI a.a. até 22/11/2019; e 100% do CDI + 0,43% a.a. até 22/05/2020	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	529		87.500		88.029	1.287		175.000		176.287
(-) Custos de emissão				(2.938)		22/11/2016 a 22/05/2020			Amortização mensal						-			(540)		(540)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	380		106.645	213.355	320.380	549			320.000	320.549
(-) Custos de emissão				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal				(468)	(445)	(913)				(1.420)	(1.420)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		1.222			255.000	256.222	212			255.000	255.212
(-) Custos de emissão				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal					(405)	(405)				(493)	(493)
Total											2.131	-	193.677	467.505	663.313	2.048	-	174.460	573.087	749.595

(*) Conforme Assembléia Geral de Debênturistas foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/05/2020; (ii) pagamento do principal em 50% para 22/11/2019 e 50% para 22/05/2020; (iii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 0,43% a.a. a partir de 22/11/2019; e (iv) liberação da garantia real através do Termo de Liberação a ser assinado.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$408.409 em 31 de dezembro de 2019 (R$496.836 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisio-nados	Transferên-cias	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	175.000	(87.500)		106.645			194.145
Juros	2.048	(50.000)	49.868			215	2.131
Custo de Transação	(540)			(1.063)	1.135		(468)
	176.508	(137.500)	49.868	105.582	1.135	215	195.808
Não circulante							
Principal	575.000			(106.645)			468.355
Custo de Transação	(1.913)			1.063			(850)
	573.087	-	-	(105.582)	-	-	467.505

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	195.808
	195.808
Não circulante	
2021	106.272
2022	106.451
2023	254.782
	467.505
Total	663.313

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

(iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios;

(iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R$200.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(vi) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;

(vii) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R$75.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

(viii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$75.000;

(ix) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R$3.000;

(x) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$10.000;

(xi) Para a 1ª emissão: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano; e

(xii) Para a 2ª e 3ª emissões: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

14 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên-cias	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	23.407	(24)	321	(24.154)	24.595	24.145
	23.407	(24)	321	(24.154)	24.595	24.145
Não circulante						
Uso do bem público	241.409	4.506	28.437		(24.595)	249.757
	241.409	4.506	28.437	-	(24.595)	249.757

15 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Licenças ambientais	15.1	3.886	2.381	12.037	15.681
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2			4.815	3.408
Total		3.886	2.381	16.852	19.089

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$3.127 (R$4.101 em 2018). Deste montante, R$2.269 (R$2.569 em 2018) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$858 (R$1.532 em 2018) são relativos a gastos de gestão de águas residuais, gestão de resíduos, proteção de biodiversidade e outras atividades de gestão e proteção do meio ambiente, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão (Nota 15.1.1)	Saldo em 31/12/2019
Circulante	2.381	471	(2.269)	216	3.089	(2)		3.886
Não circulante	15.681			1.147	(3.089)	1.185	(2.887)	12.037
Total	18.062	471	(2.269)	1.363	-	1.183	(2.887)	15.923

15.1.1 Reversão

A reversão de R$2.887 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia (Nota 2.4).

15.2 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

15.2.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019
Cíveis	3.408	251	(1.349)		344	2.654
Fiscais	-	1.209			834	2.043
Outros	-	120		(2)		118
Total Não circulante	3.408	1.580	(1.349)	(2)	1.178	4.815

15.2.1.1 Cíveis

Refere-se, substancialmente, às indenizações a título de desapropriações, ressarcimento de perdas e danos (materiais e morais) e lucros cessantes, quando da construção da UHE Peixe Angical. As condenações totalizam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$1.801 (R$2.842 em 31 de dezembro de 2018), sendo a redução no exercício referente ao pagamento de um dos processos no valor de R$1.088. Os demais processos tramitam em 3° Instância com esgotamento de todos os recursos possíveis em nome da Companhia. Atualmente aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

15.2.1.2 Fiscais

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.043. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

15.2.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo
			Depósito judicial
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Cíveis	6.339	40.199	2.253
Fiscais	204.535	187.350	
Total	210.874	227.549	2.253

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$25.220 em 31 de dezembro de 2019, não havendo saldos em 31 de dezembro de 2018.

15.2.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4º Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado, não havendo em 31 de dezembro de 2019, valores em risco para a Companhia (R$32.009 em 31 de dezembro de 2018).

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proposta pela SAESA contra a ANEEL, com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R$4.449 (R$3.851 em 31 de dezembro de 2018) e, atualmente, aguarda-se decisão de recurso.

Proteção no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE junto à SAESA

Trata-se de ação objetivando a antecipação da tutela para suspender os efeitos da decisão tomada pela CCEE, diante da liminar obtida pela SAESA, e, em caráter definitivo, que a CCEE se abstenha de imputar os ônus financeiros das decisões judiciais obtidas pela SAESA de forma a não frustrar o montante de energia alocado à Companhia, na próxima liquidação e nas seguintes, considerando os procedimentos de contabilização e de recontabilização.

A sentença de mérito foi proferida no mês de novembro de 2017, confirmando a liminar outrora concedida, para declarar a nulidade da decisão da CCEE em relação a Companhia, de imputar aos demais agentes do MRE os efeitos da proteção econômico-financeira obtida judicialmente pela SAESA e determinar à CCEE que se abstenha de imputar os ônus financeiros das decisões judiciais, independentemente do mês de competência a que se refiram, relativas aos Fator de Indisponibilidade – FID da SAESA. Em fevereiro de 2019 a SAESA realizou acordo no âmbito administrativo e desistiu da ação judicial que discutia o FID, não havendo, em 31 de dezembro de 2019, valores a serem considerados (R$2.416 em 31 de dezembro de 2018).

15.2.2.2 Fiscais

• Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTF's retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$113.874 (R$102.938 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$57.512 (R$54.935 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

• Processo Administrativo nº 10314-726111/2014-73, objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2009, em razão das deduções realizadas a título de JSCP da base de apuração. A Companhia obteve decisões favoráveis em primeira e segunda instância administrativa. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$22.388 (R$19.188 em 31 de dezembro de 2018).

• Processo administrativo nº 2014/6870/500317, no âmbito da Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$4.709 (R$4.436 em 31 de dezembro de 2018). O auto de infração foi julgado procedente na esfera administrativa com o encerramento do processo, dando continuidade da discussão na esfera judicial, o Estado ajuizou a Execução Fiscal, objetivando a cobrança do referido débito. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

15.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.340, em 31 de dezembro de 2018, o mesmo estava classificado como possível (Nota 15.2.2).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$219.736 (R$299.736 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2018 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R$80.000, sem alterar a quantidade de ações e mantendo a proporção da participação de cada acionista, devidamente autorizada pela ANEEL conforme Despacho nº 2.179/17. A referida redução foi realizada após decorrido o prazo de 60 dias da publicação da AGE, nos termos do artigo nº 174 da Lei das Sociedades por Ações. Da referida redução, R$40.000 foram pagos em fevereiro de 2019, e R$40.000 foram pagos em novembro de 2019.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2019		31/12/2018	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		120.259	99.675
Lucro líquido ajustado		120.259	99.675
Incentivos fiscais (SUDAM)	16.3.1	(29.848)	(15.858)
Lucro líquido ajustado		90.411	83.817
Constituição da reserva legal - 5%	16.3.2		(3.422)
		90.411	80.395
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	12	35.988	48.182
Dividendos intermediários	12		12.125
Lucro do exercício a deliberar	16.3	54.423	20.088
		90.411	80.395

16.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	16.3.1	18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	16.1 e 16.3.2	59.948	59.948
Lucro do exercício a deliberar	16.3.3	54.423	20.088
Incentivos fiscais	16.3.1	283.028	253.180
		397.399	333.216
Total		415.945	351.762

16.3.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração (Nota 20.1). O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

16.3.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

16.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício anterior excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$20.088 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 12) conforme deliberação da AGO realizada em 30 de abril de 2019.

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

		MWh (*)		R$	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Suprimento de energia elétrica	17.1	2.842.627	2.001.883	410.131	346.694
Energia de curto prazo	17.2	95.614	176.856	54.841	29.886
Receita operacional bruta		2.938.241	2.178.739	464.972	376.580
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(43.010)	(34.834)
		-	-	(43.010)	(34.834)
Encargos do consumidor					
P&D				(4.029)	(3.242)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(8.837)	(9.742)
Outros encargos				(1.532)	(1.278)
		-	-	(14.398)	(14.262)
		-	-	(57.408)	(49.096)
Receitas		2.938.241	2.178.739	407.564	327.484

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

17.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente substancialmente do maior volume nas operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia possuiu em 2019 quando comparado ao exercício anterior.

17.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se à liquidação do excedente de energia elétrica contratado, conjugado ao aumento do PLD, sendo em 2019 um PLD médio de R$208,58 e no mesmo período de 2018 de R$150,11 (Nota 4.1).

18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2019				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	105.292				105.292
Encargos de uso da rede elétrica		35.072				35.072
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.354	2.836		9.190
Material			640	132		772
Serviços de terceiros	18.3		4.846	4.700		9.546
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.691	152		44.843
Depreciação - Ativos de direito de uso				339		339
Amortização			7.546			7.546
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.577	1.577
Arrendamentos e aluguéis			77	19		96
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(32)	(32)
Outras		207	560	691	(42)	1.416
Total		140.571	64.714	8.869	1.503	215.657

		2018				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	67.826				67.826
Encargos de uso da rede elétrica		33.452				33.452
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.289	3.644		9.933
Material			1.473	170		1.643
Serviços de terceiros	18.3		5.688	4.570		10.258
Depreciação - Imobilizado em serviço			46.604	230		46.834
Amortização			7.621			7.621
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					541	541
Arrendamentos e aluguéis			154	246		400
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					75	75
Outras		170	934	333	(11)	1.426
Total		101.448	68.763	9.193	605	180.009

18.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	18.1.1	76.068	30.521
Energia de curto prazo		45.389	47.728
Outros		(5.433)	(3.523)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(10.732)	(6.900)
Total		105.292	67.826

18.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

18.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	3.777	4.334
Encargos	1.349	1.808
Previdência privada - Corrente		
Benefício pós-emprego - Previdência Privada	185	197
Despesas rescisórias	228	203
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	451	648
Outros benefícios - Corrente	1.808	1.856
	7.798	9.046
Administradores		
Honorários e encargos	1.380	887
Benefícios dos administradores	12	
	1.392	887
	9.190	9.933

18.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	2.174	1.338
Serviços de manutenção	1.764	2.553
Serviços de limpeza e vigilância	1.638	1.921
Serviços ambientais	436	530
Serviços de informática	1.237	1.583
Serviços de publicação e publicidade	156	250
Serviços de telecomunicações	377	110
Serviços de transporte	230	238
Serviços Compartilhados	982	801
Outros	552	934
	9.546	10.258

19 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		20.965	14.412
Energia vendida		6.127	17.643
Depósitos judiciais	8	118	
Juros e multa sobre tributos	5	9.009	7.695
Uso do bem público - UBP			1.896
Generation Scaling Factor - GSF	19.1		2.480
Outros juros e variações monetárias			2.578
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.975)	(2.752)
Outras receitas financeiras		14	8
		34.258	43.960
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	13.2	(51.218)	(49.581)
Juros e multa sobre tributos	5	(3.136)	(4.850)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2	(1.178)	(25)
Uso do bem público - UBP	14	(33.240)	(34.154)
Generation Scaling Factor - GSF	19.1	(17.079)	
Arrendamentos e aluguéis		(101)	
Outros juros e variações monetárias	15.1	(2.546)	
Outras despesas financeiras		(425)	(709)
		(108.923)	(89.319)
		(74.665)	(45.359)

19.1 *General Scaling Factor* - GSF

A variação entre os exercícios decorre do fato de que, em 2018, o montante de GSF registrado em Fornecedores contemplava a aplicação de juros de 1% a.m. acrescido de atualização monetária calculada pelo IGP-M. A partir de julho de 2018, a Companhia, por meio de parecer de assessor jurídico, concluiu pela não incidência de juros de 1%, procedendo, à época, com a reversão de todo o montante de juros calculado até àquela data e, por consequência, não mais provisionando os referidos juros no exercício de 2019. O valor de atualização monetária continuou sendo reconhecido nos períodos.

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		117.242	102.116
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(39.862)	(34.719)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(28)	(27)
Resultados de equivalência patrimonial			
Juros sobre o capital próprio		12.236	16.382
Outras		(125)	(44)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	20.2	9.961	
SUDAM	20.1	20.725	15.858
Outras		110	109
Despesa de IRPJ e CSLL		3.017	(2.441)
Alíquota Efetiva		-2,6%	2,4%

20.1 SUDAM

Em 5 de julho de 2017 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/2017, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2017.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais (Nota 16.3.1).

20.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante de R$9.961 refere-se a exclusão do JSCP da base de cálculo do lucro da exploração (SUDAM) dos exercícios de 2015 e 2016.

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	120.259	99.675
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	833.252	833.252
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,14432	0,11962

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	284.742	304.063	284.742	304.063
			284.742	304.063	284.742	304.063
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	3.089	3.717	3.089	3.717
Concessionárias	4	Nível 2	100.613	125.450	100.613	125.450
Cauções		Nível 2	9.180	8.660	9.180	8.660
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	289		289	
			113.171	137.827	113.171	137.827
			397.913	441.890	397.913	441.890

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	11	Nível 2	341.014	329.292	341.014	329.292
Debêntures	13	Nível 2	650.115	730.069	663.313	749.595
Uso do bem público	14	Nível 2	240.476	213.789	273.902	264.816
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2	457	980	457	980
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	509		509	
			1.232.571	1.274.130	1.279.195	1.344.683

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente, por meio da taxa que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) atual da Companhia; e

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

22.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 13, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	284.742	1.175		1.175	1.175	290	579	(292)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.180	206		206	206	51	102	(51)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	293.922	1.381	-	1.381	1.381	341	681	(343)
Debêntures	CDI	408.409	(26.905)	(62.608)	(89.513)	(89.513)	(22.021)	(43.919)	22.147
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	408.409	(26.905)	(62.608)	(89.513)	(89.513)	(22.021)	(43.919)	22.147
		702.331	(25.524)	(62.608)	(88.132)	(88.132)	(21.680)	(43.238)	21.804

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia estão apresentadas na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuído à rubrica de Debêntures refere-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 24.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	3.920	969	336.125			341.014	329.292
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				457		457	980
Debêntures			195.808	467.505		663.313	749.595
Uso do bem público	2.066	4.103	17.976	104.104	145.653	273.902	264.816
Arrendamentos e aluguéis	32	64	292	121		509	-
	6.018	5.136	550.201	572.187	145.653	1.279.195	1.344.683

22.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 13.1) para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passiveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

22.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R$167.412 (R$90.213 negativo em 31 de dezembro de 2018) decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) do montante de Fornecedores a ser liquidado junto a CCEE relativo ao GSF, que no momento encontra-se com liquidação financeira suspensa por conta de decisão liminar do STJ (Nota 11); e (ii) da amortização de principal e de juros das Debêntures. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e eventuais novas captações de dívida, se necessário.

22.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para os períodos de deterioração do PLD e GSF, em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre destacando o aumento da parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

22.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Classificação da instituição financeira			
AAA		263.316	286.268
AA		21.426	17.795
	3	284.742	304.063

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total de debêntures	663.313	749.595
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(287.831)	(307.780)
Dívida líquida	375.482	441.815
Total do Patrimônio Líquido	635.681	651.498
Total do capital	1.011.163	1.093.313
Índice de alavancagem financeira - %	37,13%	40,41%

23 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

23.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019					
				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	12	40.955	(61.043)			50.678	30.590
Debêntures	13.1	749.595	(137.500)	215		51.003	663.313
Arrendamentos e aluguéis		-	(102)	48	53	510	509
Acionistas não controladores							
Capital social	16	299.736	(80.000)				219.736
		1.090.286	(278.645)	263	53	102.191	914.148

	2018			
			Efeito não caixa	
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	39.695	(169.695)	170.955	40.955
Debêntures	671.567	28.447	49.581	749.595
Acionistas não controladores				
Capital social	282.628		17.108	299.736
	993.890	(141.248)	237.644	1.090.286

23.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	30.590	40.955
Capitalização no Imobilizado relativo à contingências	1	2.842
Provisão para custos com licença ambiental no Imobilizado e Intangível	(2.416)	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	510	
Total	28.685	43.797

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	75				75	824
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	75.823
Encargos de conexão e Transporte de Energia	111				111	
Materiais e serviços	13.159	14.201	1.912	831	30.103	21.518
Juros Vincendos de Debêntures	27.028	41.600	12.609		81.237	172.379
	40.373	55.801	14.521	831	111.526	270.544

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	75				75	865
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	75.823
Encargos de conexão e Transporte de Energia	111				111	
Materiais e serviços	13.159	11.057	1.622	841	26.679	22.604
Juros Vincendos de Debêntures	28.715	38.008	11.138		77.861	332.459
	42.060	49.065	12.760	841	104.726	431.751

24.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ações judiciais	Seguro garantia		4.984
Outros	Fiança bancária	5.734	5.592
		5.734	10.576

Os valores em garantias de Debêntures (Nota 13) e Provisões (Nota 15.2.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

25 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	94.173	94.173	125.581	125.581
Usina	684.170	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	31.409	31.409		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829.320	829.320
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	4.665	(*)	6.137	(*)

(*) O valor de indenização é considerado por faixa salarial.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(ii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e

(iii) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Cláudia de Barros Cotia
Conselheira

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Presidente, Administrativa e Financeira

Jessé Pinto Ribeiro
Diretor de Operação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO